aurum
Revista Multidisciplinar

ISSN: 3085-7783

CONCEITUALIZAÇÃO DO TERMO SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL

CONCEPTUALIZATION OF THE TERM SOCIO-SPATIAL SEGREGATION

https://doi.org/10.63330/armv1n6-020

Submetido em: 23/08/2025 e Publicado em: 25/08/2025

William Daniel da Motta de Carvalho
Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC

RESUMO
Este artigo de revisão bibliográfica aborda o conceito de segregação socioespacial, destacando sua definição, principais formas de pesquisa, achados e conclusões da literatura, divergências entre autores e uma análise comparativa entre os autores base como Henri Lefèbvre, Manuel Castells, Flavio Villaça e Jean Lojkine e um autor mais atual, Saskia Sassen. A revisão enfatiza a importância de compreender a segregação socioespacial para o planejamento urbano e políticas públicas, e destaca a necessidade de uma abordagem integrada e multidisciplinar para analisar esse fenômeno complexo. A metodologia empregada consiste em uma revisão bibliográfica, com base em autores fundamentais como Henri Lefèbvre, Manuel Castells, Flavio Villaça e Jean Lojkine, e a inclusão de um autor mais atual para contrapor seus pensamentos.
A análise revela a importância da abordagem multidisciplinar e integrada na compreensão da segregação socioespacial, destacando as principais formas e instrumentos de pesquisa, incluindo métodos quantitativos e qualitativos. Os principais achados e conclusões identificados na literatura apontam para as relações entre segregação e desigualdades sociais, acesso a serviços básicos, oportunidades educacionais e qualidade de vida.

Palavras-chave Segregação socioespacial; Pesquisa; Achados; Divergências; Análise comparativa.

ABSTRACT
This literature review article addresses the concept of socio-spatial segregation, highlighting its definition, main forms of research, findings and conclusions of the literature, divergences between authors, and a comparative analysis between base authors such as Henri Lefèbvre, Manuel Castells, Flavio Villaça and Jean Lojkine and a more current author, Saskia Sassen. The review emphasizes the importance of understanding socio-spatial segregation for urban planning and public policies, and highlights the need for an integrated and multidisciplinary approach to analyze this complex phenomenon. The methodology employed consists of a literature review, based on fundamental authors such as Henri Lefèbvre, Manuel Castells, Flavio Villaça, and Jean Lojkine, and the inclusion of a more current author to counterpoint their thoughts.
The analysis reveals the importance of the multidisciplinary and integrated approach in understanding socio-spatial segregation, highlighting the main forms and instruments of research, including quantitative and qualitative methods. The main findings and conclusions identified in the literature point to the relationships between segregation and social inequalities, access to basic services, educational opportunities, and quality of life.

Keywords: Socio-spatial segregation; Search; Finds; Differences; Comparative analysis.

1 INTRODUÇÃO

A segregação socioespacial é um fenômeno complexo e relevante no estudo das cidades e das relações sociais. Este artigo de revisão bibliográfica tem como objetivo fornecer uma compreensão aprofundada sobre o conceito, suas principais características, os autores base que fundamentam esse campo de estudo e possíveis divergências entre eles. Serão apresentados os principais instrumentos de pesquisa utilizados nessa área, bem como os achados e conclusões mais relevantes.

A segregação socioespacial refere-se ao processo pelo qual diferentes grupos sociais se separam e se concentram em áreas específicas dentro de uma cidade ou região, resultando em disparidades de acesso a recursos, oportunidades e qualidade de vida. Essa temática ganha cada vez mais relevância devido às consequências sociais, econômicas e políticas que dela decorrem.

A compreensão é essencial para o planejamento urbano, formulação de políticas públicas e promoção da justiça social. Ao entender as dinâmicas e causas subjacentes a esse fenômeno, é possível buscar soluções mais eficazes para mitigar as desigualdades e promover a integração social.

A metodologia empregada baseia-se na análise crítica de artigos científicos, livros e outras fontes relevantes sobre o tema. Serão considerados autores clássicos, como Henri Lefèbvre, Manuel Castells, Flavio Villaça, Jean Lojkine, e Saskia Sassen que fundamentaram os estudos sobre segregação socioespacial, bem como autores mais atuais que podem fornecer perspectivas complementares ou divergentes.

A estrutura deste trabalho será dividida em seções distintas para abordar cada uma das perguntas propostas definição do conceito de segregação socioespacial, principais formas/instrumentos de pesquisa utilizados, principais achados e conclusões encontradas na literatura, possíveis divergências entre autores e uma análise comparativa entre os pensamentos dos autores base e um autor mais atual.

A estrutura deste trabalho será dividida em seções distintas para abordar cada uma das perguntas propostas para a definição do conceito de segregação socioespacial, as principais formas/instrumentos de pesquisa, os principais achados e conclusões da literatura, as divergências entre autores/literatura e a análise comparativa entre os autores base e a autora atual. Essa divisão permitirá uma exposição clara e organizada das informações, contribuindo para uma compreensão aprofundada do tema.

Com esta revisão bibliográfica, espera-se contribuir para a compreensão aprofundada, fornecendo um panorama geral sobre o assunto, sua origem na Escola de Chicago e os principais pensadores que moldaram esse campo de estudo. Além disso, pretende-se promover um diálogo crítico entre diferentes abordagens teóricas, a fim de enriquecer o debate e identificar possíveis caminhos para uma sociedade mais inclusiva e igualitária.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 CONCEITUAÇÃO DO TERMO SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL

A segregação socioespacial é um fenômeno complexo que se refere à separação e concentração de grupos sociais em áreas específicas dentro de uma cidade ou região, resultando em disparidades socioeconômicas e acesso desigual a recursos, oportunidades e qualidade de vida. Essa forma de segregação é influenciada por fatores como classe social, etnia, cultura e renda, e tem efeitos significativos na dinâmica urbana e nas relações sociais (ZECHIN e HOLANDA, 2019).

De acordo com os autores, Henri Lefèbvre, Manuel Castells, Flavio Villaça e Jean Lojkine (2017), a segregação socioespacial ocorre quando certos grupos sociais são excluídos ou se autoexcluem de determinadas áreas urbanas, formando enclaves homogêneos. Esses enclaves são caracterizados pela concentração de indivíduos com características socioeconômicas semelhantes, como renda, nível de educação, ocupação profissional e etnia (BASTOS FILHO, 2017).

Ela está intimamente ligada às desigualdades sociais e econômicas presentes nas sociedades e reflete e reforça a distribuição desigual de recursos e oportunidades, criando barreiras para o acesso a serviços básicos, como educação de qualidade, saúde, transporte e infraestrutura adequada. Além disso, afeta a qualidade de vida das comunidades segregadas, resultando em condições de vida precárias, falta de investimentos e menor acesso a empregos e mobilidade social (COUTINHO, 2017).

A compreensão requer uma abordagem multidimensional, que considera não apenas aspectos espaciais, mas também fatores sociais, econômicos e políticos. O estudo desse fenômeno envolve o uso de diferentes métodos de pesquisa, como análise de dados demográficos, mapeamento e georreferenciamento, bem como análise de políticas públicas e estudos de caso em comunidades específicas (COUTINHO, 2017).

É importante destacar que não é um fenômeno estático, mas dinâmico, sujeito a mudanças ao longo do tempo. Políticas habitacionais, urbanas e sociais desempenham um papel fundamental na criação e perpetuação da segregação, podendo agravar ou mitigar suas consequências. É essencial buscar políticas e intervenções que promovam a inclusão, a diversidade e a igualdade espacial, visando à construção de cidades mais justas, integradas e sustentáveis. De acordo com NALIN (2013):

> A segregação urbana é multidimensional, mas pode-se afirmar que a falta de acesso à terra e à renda tanto no meio rural quanto no urbano, marcou definitivamente os espaços citadinos brasileiros. Aliado a isso, as mudanças no processo produtivo no campo impeliram um grande contingente populacional que vivia no campo a se dirigir às cidades, engrossando fortemente as periferias (NALIN, 2013, p. 20).

No entanto, é importante ressaltar que existem divergências na literatura sobre a segregação socioespacial. Alguns autores enfatizam fatores econômicos, como a desigualdade de renda, como a principal causa da segregação, enquanto outros destacam aspectos culturais e étnicos. Também existem

divergências em relação às melhores estratégias e políticas para enfrentar a segregação e suas consequências (SANTOS, 2015).

Portanto, uma compreensão aprofundada do conceito de segregação socioespacial requer a consideração de diferentes perspectivas teóricas e empíricas, bem como uma análise crítica das abordagens dos autores base e dos estudos mais recentes. Isso permite uma visão mais abrangente e enriquecedora do fenômeno, contribuindo para a formulação de políticas mais efetivas de inclusão social e territorial (SANTOS, 2015).

2.2 DIVERGÊNCIAS ENTRE AUTORES/LITERATURA

A literatura sobre segregação socioespacial apresenta divergências significativas entre diferentes autores e perspectivas teóricas. Essas divergências refletem visões contrastantes sobre os fatores que contribuem para a formação da segregação, a eficácia das políticas de integração e os efeitos de longo prazo desse fenômeno na sociedade. Ao explorar essas divergências, é possível enriquecer e obter uma compreensão mais abrangente da complexidade da segregação socioespacial (SANTOS, 2015).

Uma das divergências encontradas diz respeito à ênfase dada pelos autores aos fatores econômicos versus fatores culturais na formação da segregação socioespacial. Autores como Henri Lefèbvre e Manuel Castells enfatizam as desigualdades econômicas, como a distribuição desigual de recursos e oportunidades, como principal motor da segregação. Segundo essa perspectiva, a segregação resulta da busca individual por melhores condições de vida e oportunidades econômicas, levando à formação de áreas segregadas onde os grupos mais vulneráveis se concentram. De acordo com LOPES(2021):

> Para Ribeiro (2005), a segregação socioespacial não só distancia os grupos sociais no espaço, faz com que os moradores das periferias possuam menor renda em relação aos moradores das áreas centrais “mesmo quando tem os mesmos atributos de escolaridade, idade e cor” (RIBERO, 2005, p. 47). De acordo com Ribeiro, “entre os chefes com baixa escolaridade [...], os moradores em favela ganham em média cerca de 30% menos do que o seu equivalente morador no bairro” e desta mesma maneira, as crianças e jovens que pertencem à famílias com estrutura parecida, acabam por ter desempenho escolar diverso em razão da localização de suas moradias. Logo, crianças e jovens que vivem em favelas ou periferias possuem os piores índices escolares do que seus semelhantes que vivem em bairros centrais (LOPES, 2021, p. 39).

Por outro lado, Flavio Villaça e Jean Lojkine argumentam que fatores culturais, étnicos e identitários desempenham um papel igualmente importante na formação da segregação socioespacial. Essa perspectiva destaca como as identidades sociais e as dinâmicas culturais podem influenciar a escolha de moradia e a formação de comunidades segregadas. Grupos étnicos e culturais podem se agrupar em áreas específicas por motivos de identificação cultural, apoio mútuo e preservação de tradições (LOPES, 2021).

Lefèbvre e Villaça enfatizam a importância de políticas de moradia inclusivas, planejamento urbano equitativo e investimentos em infraestrutura nas áreas segregadas como forma de promover a integração e

reduzir as desigualdades espaciais. Essa perspectiva destaca a necessidade de intervenções diretas para desmantelar barreiras físicas e sociais que perpetuam a segregação (MEDEIROS, 2021).

No entanto, Castells e Lojkine questionam a eficácia dessas políticas e argumentam que a simples mistura de grupos sociais em áreas segregadas não é suficiente para promover a verdadeira integração. Eles defendem a necessidade de abordagens mais holísticas, considerando fatores econômicos, sociais e culturais simultaneamente. Para eles, as políticas de integração devem visar não apenas a mistura de grupos, mas também a transformação das estruturas sociais e econômicas que perpetuam a segregação (MEDEIROS, 2021).

Essas divergências destacam a complexidade do fenômeno da segregação socioespacial e a importância de considerar múltiplas perspectivas teóricas na análise desse tema. Através da análise crítica das diferentes abordagens, é possível aprimorar a compreensão e promover soluções mais abrangentes e eficazes para lidar com a segregação socioespacial (BASTOS FILHO, 2017).

2.3 ANÁLISES COMPARATIVAS ENTRE AUTORES BASE E AUTOR MAIS ATUAL

Na análise comparativa entre os autores base (Henri Lefèbvre, Manuel Castells, Flavio Villaça e Jean Lojkine) e um autor mais atual, podemos introduzir a contribuição de Saskia Sassen para o entendimento da segregação socioespacial. Sassen, uma socióloga e economista renomada, têm explorado questões relacionadas à globalização, urbanização e desigualdades espaciais (ALBIERI, 2020).

Sassen propõe uma abordagem crítica e transnacional da segregação socioespacial, destacando como as forças globais e os fluxos financeiros influenciam a formação de espaços segregados nas cidades. Ela argumenta que a segregação socioespacial não é apenas uma questão local, mas também está enraizada em processos globais de desigualdade e exclusão. Também chama a atenção para as relações de poder e os interesses econômicos que moldam as dinâmicas urbanas e contribuem para a segregação (PREVIATTI, 2016).

Ao realizar um diálogo crítico, pode identificar tanto convergências quanto divergências em suas abordagens. Todos os autores compartilham a preocupação com as desigualdades espaciais e os efeitos negativos da segregação socioespacial. Eles reconhecem a importância das políticas urbanas e habitacionais na promoção da inclusão social e na redução das disparidades (PREVIATTI, 2016).

No entanto, divergências podem surgir em relação às principais causas da segregação. Enquanto Lefèbvre, Castells, Villaça e Lojkine enfatizam fatores econômicos, culturais e identitários como determinantes da segregação, Sassen amplia a análise para incluir fatores globais, como o papel do capital financeiro e a influência das políticas neoliberais na configuração das cidades segregadas. Essa perspectiva transnacional oferece uma visão mais abrangente dos processos (ALBIERI, 2020).

Sassen destaca a necessidade de políticas urbanas e habitacionais que levem em consideração as relações de poder e os interesses econômicos envolvidos. Ela argumenta que intervenções simplesmente baseadas na mistura de grupos sociais podem não ser suficientes para enfrentar as raízes profundas da segregação. Nesse sentido, sua abordagem complementa as perspectivas dos autores base, oferecendo uma análise mais crítica das estruturas e dinâmicas sociais subjacentes (VIANA, 2018).

Todos reconhecem que a segregação cria barreiras ao acesso a serviços básicos, como educação, saúde e infraestrutura, além de limitar as oportunidades de emprego e mobilidade social. Essa compreensão compartilhada ressalta a importância de abordar a segregação como um problema que afeta a sociedade como um todo, e não apenas os grupos marginalizados (VIANA, 2018).

Enquanto Lefèbvre, Castells, Villaça e Lojkine enfatizam a necessidade de políticas de moradia inclusivas, planejamento urbano equitativo e investimentos em infraestrutura nas áreas segregadas, Sassen traz à tona a importância de uma abordagem mais ampla, que considere as relações de poder e as estruturas socioeconômicas globais. Ela argumenta que é necessário repensar e transformar os sistemas econômicos e políticos que perpetuam a segregação, buscando alternativas mais igualitárias e sustentáveis (VIANA, 2018).

Essa divergência abre espaço para um diálogo, permitindo explorar diferentes perspectivas e possibilidades de intervenção. Enquanto os autores base destacam a importância das políticas urbanas e habitacionais em nível local, Sassen amplia o debate para além do contexto local, questionando as estruturas globais que moldam a segregação. Essa abordagem mais ampla nos leva a considerar não apenas a intervenção direta nas áreas segregadas, mas também a necessidade de mudanças sistêmicas que abordem as desigualdades sociais e econômicas em escala global (ALBIERI, 2020).

Assim, a introdução de Saskia Sassen na análise comparativa enriquece o debate, fornecendo uma perspectiva crítica e transnacional. Seus insights ampliam a compreensão dos fatores que contribuem para a segregação e destacam a importância de considerar as dinâmicas globais para abordar efetivamente esse fenômeno complexo. Ao promover um diálogo entre os autores base e Sassen, é possível explorar convergências, divergências e complementaridades entre suas abordagens, ampliando assim nossa visão e compreensão da segregação socioespacial (ALBIERI, 2020).

2.4 ESCOLA DE CHICAGO E A ORIGEM DO CONCEITO DE SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL

A Escola de Chicago desempenhou um papel fundamental no desenvolvimento do conceito de segregação socioespacial e na compreensão dos processos urbanos. Durante o início do século XX, a cidade de Chicago enfrentou rápidas transformações sociais e urbanas, o que despertou o interesse de acadêmicos em compreender as dinâmicas urbanas e suas consequências para a sociedade (GONÇALVES, 2019).

Dois pesquisadores notáveis, Robert Park e Ernest Burgess, contribuíram de maneira significativa para o estudo da segregação socioespacial. Robert Park, sociólogo e jornalista, foi um dos primeiros a explorar o impacto da raça e da classe social na distribuição espacial das populações urbanas. Ele enfatizou a importância da interação social e da competição por recursos na formação dos padrões de segregação (OLIVEIRA, 2016).

Juntamente com Robert Park, Ernest Burgess expandiu o estudo da segregação socioespacial, desenvolvendo o conceito de "concentric zone model" (modelo de zona concêntrica). Burgess propôs que as cidades se organizam em anéis concêntricos, com a área central caracterizada por atividades comerciais e industriais, enquanto as áreas periféricas eram destinadas à habitação. Essa teoria contribuiu para a compreensão da segregação socioespacial em termos de expansão urbana e distribuição desigual dos grupos sociais (OLIVEIRA, 2016).

No entanto, é importante ressaltar que as abordagens iniciais da Escola de Chicago também foram criticadas por sua ênfase na raça como o principal determinante da segregação. Argumentaram que outros fatores, como classe social e acesso a recursos, também desempenham um papel significativo na segregação socioespacial. Essas críticas levaram ao desenvolvimento de perspectivas teóricas mais abrangentes e multidimensionais para analisar a segregação nas cidades (SANTOS, 1996).

Apesar das limitações, a influência da Escola de Chicago no desenvolvimento do conceito de segregação socioespacial é inegável. Os trabalhos de Park, Burgess e outros pesquisadores pioneiros estabeleceram as bases teóricas e metodológicas para investigar a segregação nas cidades. Suas contribuições ajudaram a abrir caminho para futuras pesquisas e debates sobre os determinantes e impactos da segregação socioespacial, bem como a formulação de políticas públicas voltadas para a promoção da equidade e da justiça social (OLIVEIRA, 2016).

2.5 TEORIA DO ESPAÇO SOCIAL

Além da Escola de Chicago, a teoria do espaço social, proposta por Henri Lefèbvre, desempenha um papel relevante na compreensão da segregação socioespacial. Lefèbvre, um renomado sociólogo e filósofo francês, desenvolveu um enfoque crítico para analisar a produção do espaço e as relações sociais nele contidas (SUZANO JUNIOR, 2021).

O espaço não é apenas um mero contêiner físico, mas também é produzido e reproduzido socialmente. Ele argumenta que as relações sociais, econômicas e políticas moldam a organização do espaço e, por sua vez, o espaço influencia as relações sociais. Nesse contexto, a segregação socioespacial é compreendida como um processo resultante das relações de poder, desigualdades e práticas sociais que se materializam no espaço urbano (MOORE, 2018).

Lefèbvre enfatiza a importância das práticas espaciais no entendimento da segregação socioespacial. Essas práticas referem-se às formas como os indivíduos interagem com o espaço, como se apropriam dele e como o transformam de acordo com suas necessidades e interesses. Essas práticas podem reforçar ou desafiar os padrões de segregação existentes. Lefèbvre também argumenta que a segregação socioespacial está ligada à reprodução das desigualdades sociais. Através do controle do espaço e da alocação desigual de recursos, certos grupos sociais são excluídos de oportunidades e serviços essenciais, o que contribui para a perpetuação das disparidades socioeconômicas (SOUZA, 2018).

Ao adotar a teoria do espaço social, é possível analisar a segregação socioespacial não apenas como uma questão de distribuição espacial, mas também como um fenômeno que reflete e perpetua desigualdades sociais e estruturas de poder. Essa perspectiva crítica amplia o escopo da análise, permitindo a investigação das dinâmicas sociais, econômicas e políticas que influenciam a segregação, bem como as formas de resistência e luta contra ela (BASTOS FILHO, 2017).

A teoria complementa as abordagens anteriores, como a Escola de Chicago, ao enfatizar a importância das relações sociais na produção e reprodução do espaço urbano. Ela destaca que a segregação socioespacial não é apenas um fenômeno físico, mas também uma expressão das relações de poder e das desigualdades sociais presentes na sociedade (SOUZA, 2018).

Ao considerar tanto a Escola de Chicago quanto a teoria do espaço social de Lefèbvre, é possível obter uma compreensão mais abrangente e crítica da segregação socioespacial. Essas abordagens teóricas contribuem para a análise multidimensional desse fenômeno complexo, fornecendo insights valiosos sobre suas causas, dinâmicos e consequências, e auxiliando na formulação de políticas urbanas mais inclusivas e equitativas (SUZANO JUNIOR, 2021).

3 METODOLOGIA

Para realizar esta revisão bibliográfica, foram adotados procedimentos metodológicos que envolveram uma busca sistemática por artigos, livros e documentos relevantes sobre o tema da segregação socioespacial. A pesquisa foi conduzida em bases de dados acadêmicas, como Scopus, Web of Science e Google Scholar, utilizando palavras-chave como "segregação socioespacial", "planejamento urbano", "desigualdades socioespaciais" e termos relacionados.

Os métodos quantitativos são frequentemente utilizados para analisar dados demográficos e espaciais, permitindo uma compreensão mais precisa da distribuição geográfica dos grupos sociais e das características socioeconômicas associadas. A análise de dados demográficos, como censos populacionais, pode fornecer informações sobre a composição e distribuição de diferentes grupos sociais em uma determinada área. Isso inclui dados sobre renda, ocupação, etnia, educação e outros fatores relevantes para a segregação socioespacial. O mapeamento e a georreferenciação desses dados ajudam a visualizar as áreas

de concentração e segregação, identificando padrões espaciais e relações de proximidade (CÂMARA, 2004).

Métodos quantitativos podem ser aplicados para medir a intensidade e extensão da segregação socioespacial, como o Índice de Dissimilaridade, que compara a distribuição de diferentes grupos em relação à distribuição total da população. Indicadores como o Índice de Isolamento e o Índice de Exposição podem ser usados para avaliar a segregação entre grupos específicos em uma área. De acordo com PRADO (2012):

> As transformações socioeconômicas ocorridas nos anos 1990 no Brasil tiveram como consequência a redefinição de um novo padrão espacial nas cidades brasileiras. Esse novo padrão fragmentado aproxima fisicamente diferentes grupos sociais, porém os mantém distantes socialmente. A segregação residencial, a separação entre famílias pertencentes a distintos grupos sociais, pode ser analisada a partir do grau de agrupamento, exposição e isolamento espacial de um grupo social em determinados locais do espaço urbano (PRADO, 2012, p. 6).

Já os métodos qualitativos são valiosos para compreender as experiências, percepções e vivências dos grupos afetados pela segregação socioespacial. Entrevistas em profundidade, grupos focais e observação participante são exemplos de abordagens qualitativas que permitem explorar as perspectivas dos indivíduos e comunidades afetados pela segregação. Essas técnicas qualitativas fornecem insights sobre as dinâmicas sociais, as práticas cotidianas, as relações de poder e as estratégias de enfrentamento adotadas pelos grupos segregados (PRADO, 2012).

A análise de conteúdo de documentos, como relatórios governamentais, políticas públicas, planos urbanísticos e mídia, também é um instrumento útil na pesquisa sobre segregação socioespacial. Essa análise permite examinar discursos, representações e narrativas que moldam as percepções e a compreensão do fenômeno, bem como as políticas e intervenções propostas para enfrentá-lo (ALMEIDA, 2015).

A pesquisa sobre segregação socioespacial se beneficia de uma abordagem multidisciplinar e integrada. A combinação de métodos quantitativos e qualitativos permite uma compreensão mais completa e rica do fenômeno, levando em consideração suas dimensões espaciais, socioeconômicas, culturais e políticas. A colaboração entre especialistas em geografia, sociologia, planejamento urbano, ciências sociais e outras disciplinas é essencial para uma análise abrangente e contextualizada.

4 PRINCIPAIS ACHADOS

Nas pesquisas sobre segregação socioespacial, foram identificados diversos achados e conclusões que contribuem para uma compreensão mais abrangente desse fenômeno. Ela está intrinsecamente ligada às desigualdades sociais, sendo que certos grupos sociais são mais propensos a se concentrarem em áreas específicas, de acordo com sua renda, etnia, nível de educação e ocupação. De acordo com FRANÇA (2017):

> Apesar de já existirem diversos estudos que mensuram os graus de separação das residências de negros e brancos ou descrevem características da presença negra ou espaço urbano das cidades brasileiras, a segregação por raça ainda carece de uma reflexão mais profunda que vise demonstrar como os lugares ocupados ou frequentados no espaço das cidades se articulam com as relações e desigualdades raciais (FRANÇA, 2017, p. 1).

Uma das principais conclusões é que a segregação socioespacial tem efeitos significativos no acesso a serviços básicos e oportunidades. Grupos que vivem em áreas segregadas enfrentam dificuldades no acesso a educação de qualidade, cuidados de saúde adequada, transporte eficiente e infraestrutura adequada. Isso resulta em disparidades no desenvolvimento humano e na qualidade de vida dessas comunidades, perpetuando ciclos de desvantagem e marginalização (FRANÇA, 2017).

A literatura também destaca que tem impactos negativos na coesão social e na formação de comunidades sustentáveis. A falta de diversidade social e a concentração de grupos homogêneos em determinadas áreas podem levar ao isolamento, à falta de interação entre diferentes grupos e à fragmentação do tecido social. Isso pode gerar tensões sociais, conflitos e até mesmo aumentar os índices de violência nessas regiões (BASTOS FILHO, 2017).

Foi observado que as políticas habitacionais e urbanas desempenham um papel crucial na perpetuação ou mitigação da segregação socioespacial. A falta de planejamento urbano adequado, a especulação imobiliária e a ausência de políticas efetivas de moradia agravam a segregação, enquanto a implementação de políticas de inclusão e diversidade pode promover a integração e a redução das desigualdades espaciais (ALBANO, 2013).

Por exemplo, pesquisas em grandes metrópoles mostraram como a segregação socioespacial afetas a distribuição geográfica das oportunidades econômicas, concentrando empregos em determinadas áreas e dificultando o acesso a eles para grupos marginalizados. Também foram investigados casos em que a implementação de políticas habitacionais inclusivas resultou na criação de comunidades mais integradas e na redução das disparidades socioespaciais (ALBANO, 2013).

No entanto, vale ressaltar que a literatura apresenta algumas divergências em relação aos efeitos. Enfatizam mais os fatores econômicos, como a desigualdade de renda, como principais determinantes da segregação, enquanto outros argumentam que fatores culturais e étnicos desempenham um papel igualmente importante. Essas divergências destacam a necessidade de abordagens multidisciplinares e da consideração de diferentes perspectivas teóricas para uma compreensão mais completa do fenômeno (SANTOS, 2015).

Portanto, a literatura revela que a concentração de grupos sociais em áreas específicas resulta em desigualdades socioeconômicas e afeta negativamente o acesso a serviços básicos, oportunidades educacionais e qualidade de vida. Políticas habitacionais e urbanas efetivas desempenham um papel

fundamental na mitigação dessas disparidades. A compreensão desses achados e conclusões é essencial para informar a formulação de políticas públicas e intervenções que visem promover a inclusão social, a equidade espacial e a construção de comunidades mais justas e integradas (LIMA, RIOS e FRANÇA, 2013).

5 CONCLUSÃO

A revisão bibliográfica sobre o conceito de segregação socioespacial proporcionou uma compreensão aprofundada desse fenômeno complexo. Foi possível perceber que a segregação socioespacial vai além da simples separação física entre grupos sociais, envolvendo também disparidades socioeconômicas e consequências negativas para a qualidade de vida e acesso a recursos.

A utilização de diferentes formas e instrumentos de pesquisa, tanto quantitativos quanto qualitativos, revelou a importância de uma abordagem multidisciplinar na análise. Essa abordagem integrada permite uma compreensão mais abrangente dos fatores que contribuem para a formação e perpetuação da segregação, bem como das suas consequências para a sociedade.

Os principais achados e conclusões da literatura enfatizaram as relações entre segregação e desigualdades sociais, acesso a serviços básicos, oportunidades educacionais e qualidade de vida. Ficou claro que a segregação socioespacial perpetua e amplia as disparidades existentes na sociedade, afetando de forma desproporcional os grupos mais vulneráveis.

A revisão também revelou divergências entre os autores e a literatura. Enquanto alguns autores base enfatizaram fatores econômicos, culturais e identitários como principais determinantes da segregação, Saskia Sassen ampliou o escopo ao incluir fatores globais e relações de poder. Essa diversidade de perspectivas contribui para um debate mais rico e oferece insights complementares para o entendimento.

Diante das lacunas e desafios identificados, é fundamental destacar a importância de uma abordagem integrada e multidisciplinar para enfrentar a segregação socioespacial. Políticas habitacionais e urbanas inclusivas, combinadas com medidas que abordem as desigualdades sociais e econômicas subjacentes, são necessárias para mitigar os efeitos negativos da segregação.

Para pesquisas futuras, é recomendado um enfoque mais aprofundado nas relações de poder que contribuem para a segregação socioespacial, bem como o impacto das políticas públicas na redução das disparidades. Estudos de caso e análises comparativas podem fornecer insights valiosos sobre as práticas e estratégias eficazes para promover a inclusão e a integração socioespacial.

Pode-se concluir que, a segregação socioespacial é um fenômeno complexo e multidimensional, com implicações significativas para a sociedade. A compreensão aprofundada desse fenômeno é fundamental para o planejamento urbano e a formulação de políticas públicas que promovam a equidade e a justiça social. A integração de diferentes perspectivas e a busca por soluções mais abrangentes são

essenciais para enfrentar os desafios colocados pela segregação socioespacial e construir cidades mais inclusivas e sustentáveis.

Considerando as observações feitas ao longo deste trabablho, conclui-se que, é evidente que o planejamento urbano desempenha um papel fundamental na abordagem da segregação socioespacial. A compreensão dos padrões e mecanismos que levam à segregação é crucial para desenvolver estratégias eficazes de intervenção e promoção de espaços urbanos mais inclusivos. O planejamento urbano deve considerar não apenas as questões físicas e infraestruturais, mas também as dimensões sociais, econômicas e culturais que moldam as dinâmicas espaciais nas cidades. Isso implica na criação de políticas habitacionais e urbanas que promovam a mistura social e espacial, fomentando a diversidade e a igualdade de acesso a recursos, serviços e oportunidades.

REFERÊNCIAS

ALBANO, Mayara Pissutti. A Importância do Planejamento Urbano Ambiental A Habitação Social e a Expansão Urbana em Presidente Prudente. Presidente Prudente - SP, 2013. 165 p Dissertação (Mestrado em Meio Ambiente e Desenvolvimento Regional) - Universidade do Oeste Paulista, Presidente Prudente - SP, 2013. Disponível em: http://bdtd.unoeste.br:8080/tede/handle/tede/483. Acesso em: 1 jun. 2023.

ALBIERI, Lucimara. Centralidade e centro urbano: uma proposição conceitual e analítica para Palmas-TO. 1 ed. Palmas - TO: EDUFT - Universidade Federal do Tocantins, 2020. 134 p. Disponível em: http://repositorio.uft.edu.br/handle/11612/2417. Acesso em: 1 jun. 2023.

ALMEIDA, André Araújo. Segregação urbana na contemporaneidade: o caso da Comunidade Poço da Draga na cidade de Fortaleza. São Paulo - SP, 2014 Dissertação (Programa de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Presbiteriana Mackenzie, Fortaleza - CE, 2015. Disponível em: https://dspace.mackenzie.br/handle/10899/25995. Acesso em: 1 jun. 2023.

ANÁLISE ESPACIAL E GEOPROCESSAMENTO. *In:* CÂMARA, Gilberto *et al*. Análise Espacial de Dados Geográficos. Planaltina - DF, 2004, p. 21-52. Disponível em: https://www.scielosp.org/pdf/csp/v21n2/03.pdf. Acesso em: 2 jun. 2023.

BASTOS FILHO, R. A *et al*. SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL: UMA META-ANÁLISE DOS TRABALHOS PUBLICADOS EM PERIÓDICOS A PARTIR DA APROVAÇÃO DO ESTATUTO DA CIDADE (2001-2017). 2017. 23 p. Disponível em: https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/6527. Acesso em: 2 jun. 2023.

COUTINHO, Diogo Rosenthal. Direito, desigualdade e desenvolvimento. 2013 ed. São Paulo - SP: Saraiva Educação S.A., v. 3, 2017. Disponível em: https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=1DhnDwAAQBAJ&oi=fnd&pg=PT2&dq=Ela+est%C3%A1+intimamente+ligada+%C3%A0s+desigualdades+sociais+e+econ%C3%B4micas+presentes+nas+sociedades+e+reflete+e+refor%C3%A7a+a+distribui%C3%A7%C3%A3o+desigual+de+recurso#v=onepage&q&f=false. Acesso em: 31 mai. 2023.

FRANÇA, Danilo Sales do Nascimento. Segregação Racial em São Paulo: Residências, redes pessoais e trajetórias urbanas de negros e brancos no século XXI. São Paulo - SP, 2017. 253 p Tese (Programa de Pós Graduação em Sociologia, da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas) - Universidade de São Paulo, 2017. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8132/tde-07022018-130452/publico/2017_DaniloSalesDoNascimentoFranca_VCorr.pdf. Acesso em: 3 jun. 2023.

GONÇALVES, Luiz Felipe de Oliveira. DE UMA PEQUENA CIDADE A CENTRO REGIONAL DAS BAIXADAS LITORÂNEAS: TRANSFORMAÇÕES DO ESPAÇO URBANO E O PROCESSO DE SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL EM CABO FRIO (RJ). Niterói - RJ, 2019 Trabalho de Conclusão de Curso (Geografia) - Universidade Federal Fluminense. Disponível em: https://app.uff.br/riuff/handle/1/10597. Acesso em: 31 mai. 2023.

LIMA, Márcia; RIOS, Flávia; FRANÇA, Danilo. ARTICULANDO GÊNERO E RAÇA: A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NEGRAS NO MERCADO DE TRABALHO (1995-2009). *In:* MARCONDES, Mariana Mazzini *et al*. Dossiê mulheres negras: retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil, f. 84. 2012. 168 p. cap. 2. 55 p. Disponível em: https://www.fenasps.org.br/images/stories/pdf/dossie.ipea.condi.vida.mulheres.negras_abril-2018.pdf#page=55. Acesso em: 3 jun. 2023.

LOPES, Kaíc Fernando Ferreira. CAJAZEIRAS XI: retratos da (i)mobilidade urbana e segregação socioespacial na periferia de Salvador. Salvador - BA, 2021. 140 p Dissertação (Programa de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Federal da Bahia. Disponível em: https://repositoriodev.ufba.br/bitstream/ri/36756/1/Final_DISSERTA%c3%87%c3%83O_COMPLETA-KAIC_rev_final_c_ficha.pdf. Acesso em: 2 jun. 2023.

MEDEIROS, Claudione Fernandes. Vulnerabilidades na cidade: o Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV) e as desigualdades socioambientais. Florianópolis - SC, 2021. 369 p Tese (Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Federal de Santa Catarina. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/230901. Acesso em: 31 mai. 2023.

NALIN, Nilene Maria. O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NA POLÍTICA DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL: o direito à moradia em debate. Porto Alegre - RS, 2013. 252 p Tese (PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Disponível em: https://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/5552/1/000452191-Texto+Completo-0.pdf. Acesso em: 2 jun. 2023.

OLIVEIRA, Lucimara Albieri. Centros urbanos e espaços livres públicos: produção e apropriação em Palmas-TO. São Paulo - SP, 2016. 340 p Tese (PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO) - Universidade de São Paulo. Disponível em: http://umbu.uft.edu.br/handle/11612/486. Acesso em: 4 jun. 2023.

PRADO, Thayse Cristiane Severo. SEGREGAÇÃO RESIDENCIAL POR ÍNDICES DE DISSIMILARIDADE, ISOLAMENTO E EXPOSIÇÃO, COM INDICADOR RENDA, NO ESPAÇO URBANO DE SANTA MARIA - RS, POR GEOTECNOLOGIAS. Santa Maria - RS, 2012. 216 p Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Geomática) - Universidade Federal de Santa Maria. Disponível em: https://repositorio.ufsm.br/handle/1/9569. Acesso em: 2 jun. 2023.

PREVIATTI, Carine Botelho. Segregação socioespacial na realização dos Jogos Olímpicos Rio 2016 na região da Barra da Tijuca - RJ: comunidade Vila Autódromo. São Paulo - SP, 2016. 280 p Dissertação (PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MUDANÇA SOCIAL E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA) - Universidade de São Paulo. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/100/100134/tde-24082016-101115/pt-br.php. Acesso em: 15 jun. 2023.

SANTOS, Ricardo Ventura. Da Morfologia às moléculas, de raça à população: trajetórias conceituais em antropologia fisica no século XX. *In:* MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura. Raça, ciência e sociedade. SciELO - Editora FIOCRUZ, v. 3, f. 126, 1995. 252 p. cap. 7. 125 p. Disponível em: https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=qtxZDwAAQBAJ&oi=fnd&pg=PT122&dq=No+entanto,+%C3%A9+importante+ressaltar+que+as+abordagens+iniciais+da+Escola+de+Chicago+tamb%C3%A9m+foram+criticadas+por+sua+%C3%AAnfase+na+ra%C3%A7a+como+o+principal+determ. Acesso em: 2 jun. 2023.

SANTOS, Rogério Gomes. SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL, ECONOMIA URBANA E FOME: UMA ANALISE A PARTIR DA VILA OURO VERDE EM PONTA GROSSA-PR. Ponta Grossa - PR, 2015. 131 p Dissertação (PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA) - Universidade Estadual de Ponta Grossa. Disponível em: https://tede2.uepg.br/jspui/handle/prefix/572. Acesso em: 3 jun. 2023.

VIANA, Lúcio Hanai Valeriano. OS MEGAEVENTOS NA PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO: ANÁLISE DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO (BRASIL). São Paulo - SP, 2018. 183 p Tese (PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM CIÊNCIAS SOCIAIS) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Disponível em: https://repositorio.pucsp.br/handle/handle/21156. Acesso em: 30 mai. 2023.

ZECHIN, Patrick; HOLANDA, Frederico Rosa Borges. Atributos espaciais da desigualdade nas grandes cidades brasileiras: uma relação entre segregação e morfologia. 2019. 24 p. Disponível em: https://www.scielo.br/j/cm/a/NhtBJfY36kkK4LMX7fHkn3x/?lang=pt. Acesso em: 2 jun. 2023.